

EDITORIAL

A formação social brasileira no debate contemporâneo do Serviço Social

Lucas Bezerra¹<https://orcid.org/0000-0002-1297-2224>**Joana Valente Santana²**<http://orcid.org/0000-0003-4033-1317>¹Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Maceió, Alagoas, Brasil.²Universidade Federal do Pará, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, Pará, Brasil.

Recebido em 18.09.2025. Aprovado em 29.09.2025. Revisado em 02.11.2025.

O debate contemporâneo do Serviço Social brasileiro tem registrado uma presença crescente de reflexões em torno da formação social brasileira. Esse movimento, particularmente visível na última década, manifesta-se na ampliação de pesquisas, dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicação de livros, iniciativas de grupos de estudo e cursos de extensão diretamente vinculados aos fundamentos histórico-sociais da realidade nacional. Em todas as regiões do país, é possível identificar essa tendência; e a publicação, pela Revista *Katálysis*, de um número intitulado *Serviço Social, questão social e formação social brasileira* constitui uma evidência desse movimento.

Esse interesse renovado, indiscutivelmente coletivo, ao tempo em que agrega uma diversidade de pesquisadoras e pesquisadores, não nasce do acaso. Regra geral, as iniciativas sobre o tema levadas a efeito nos últimos dez anos buscaram dialogar, teórica e politicamente, com o quadro conjuntural do país. Dentre os principais “eventos” que marcam essa série histórica, podemos destacar: o processo que culminou no golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016; a eleição da extrema-direita em 2018; a ascensão do bolsonarismo; a vitória eleitoral das forças de esquerda, progressistas e democráticas em 2022; uma tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023; e, mais recentemente, a condenação dos réus ligados a essa trama golpista, entre eles o ex-presidente Jair Bolsonaro. Foi no interior desse movimento tenso na sociedade brasileira, em um contexto em que a luta democrática se colocou na ordem do dia, que assistentes sociais, em interlocução com pesquisadoras e pesquisadores de outras áreas, adensaram a análise sobre as grandes questões que conformam o País.

A presença do Brasil — esse objeto de estudo abundante, complexo e inesgotável — na agenda de pesquisas da profissão configura uma tendência fecunda e instigante. Ao tempo em que aponta para a qualificação e o refinamento do tratamento dado aos fundamentos históricos da formação brasileira¹ em nossa produção intelectual, tal movimento se desenvolve a partir de uma preocupação político-organizativa. Nesse sentido, as reflexões produzidas pelo Serviço Social brasileiro sobre a realidade nacional expressam um compromisso teórico-prático com os “de baixo”, em consonância com a direção social estratégica assumida pela profissão.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

É preciso destacar que a atenção conferida à formação social brasileira pelo debate profissional contemporâneo tem ocorrido a partir de alguns eixos temáticos centrais: (i) a questão social; (ii) a questão racial; (iii) a questão agrária, urbana e ambiental; (iv) as desigualdades regionais e inter-regionais; (v) as articulações entre capitalismo, racismo e patriarcado; (vi) a política social; e (vii) os estudos sobre conjuntura. Nesse amplo espectro, observa-se o interesse de pesquisadores/as em abordar essas questões considerando as particularidades da formação social brasileira, reconhecendo sua historicidade, complexidade e articulação com os processos estruturais que moldam a realidade nacional.

Esse processo tem desempenhado um papel relevante na *expansão do acervo teórico-crítico profissional*, qualificando nossa análise em torno de, pelo menos, três frentes decisivas: (i) a concepção de questão social; (ii) a narrativa sobre o desenvolvimento histórico do Serviço Social, parte constitutiva de seus fundamentos; e (iii) a trajetória e o conteúdo adquirido pelas políticas sociais no Brasil.

É, sobretudo, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social que esses debates se tornam mais visíveis. Por um lado, há cada vez mais assistentes sociais de formação interessados nesse campo temático no âmbito da pesquisa pós-graduada. Em paralelo, programas de pós-graduação na área têm acolhido pesquisadoras/es provenientes de outras áreas do conhecimento, como História, Economia e Ciências Sociais, geralmente vinculados ao pensamento social crítico e interessados em estudar o Brasil, mas que encontram limites em suas disciplinas de origem. Essa dinâmica atesta, mais uma vez, a maturidade intelectual adquirida pelo Serviço Social brasileiro (Netto, 2011a) e a consolidação do Serviço Social como profissão e área de produção de conhecimento (Mota, 2013).

A novidade dessa tendência, no entanto, não reside na *emergência* do debate, mas em sua *ampliação e difusão*. O Serviço Social brasileiro há muito inclui entre suas preocupações centrais os grandes temas da formação nacional. Portanto, o que observamos hoje é fruto de um processo histórico conectado à renovação crítica, que encontrou na interlocução com o pensamento social produzido no país um ponto crucial².

Por esse ângulo, a atual geração de pesquisadores/as não somente é tributária desse legado — que compreende o próprio delineamento do projeto ético-político profissional —, mas se propõe a enfrentar os desafios teóricos, políticos e ideológicos de seu próprio tempo.

No que tangencia particularmente a luta ideológica, verifica-se a vivacidade, de um lado, de aportes vinculados à tradição marxista para pensar o Brasil, condensados em obras de intérpretes de relevo como Caio Prado Júnior, Jacob Gorender, Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, Nelson Werneck Sodrê, Vânia Bambirra, Clóvis Moura, Heleieth Saffioti, entre outros/as.

De outro lado, nota-se a revitalização de perspectivas conservadoras e reacionárias, acompanhada pela expansão de correntes sustentadas em diferentes irracionalismos. Essa dinâmica realça, em última instância, a disputa em torno dos significados atribuídos à história e à interpretação do Brasil contemporâneo. Disto decorre a importância de que as pesquisas em Serviço Social mantenham o compromisso de interpretar a realidade em sua particularidade histórica, articulando as dimensões singulares e universais de qualquer fenômeno da vida social. Na luta contra o avanço do irracionalismo, a defesa da “ciência da história” (Marx; Engels, 2007) e da racionalidade do método dialético são centrais, visto que, por meio desse método, a apreensão da realidade mantém a necessária relação entre sujeito e objeto (Netto, 2011b), exigindo uma interpretação do que existe na realidade objetiva, apreendendo as várias determinações que chegam ao trabalho profissional do/a assistente social e que são objeto das pesquisas da área de Serviço Social. Todas as determinações da vida social estão mediadas na realidade concreta e fazem parte de uma mesma sociabilidade burguesa, étnico-racial e patriarcal.

Em atenção ao título deste número, entendemos que um grande salto que a aproximação aos fundamentos da formação social brasileira pode oferecer é a possibilidade de melhor historicizar a “questão social” em nosso país. Avançar na reconstituição histórica de sua gênese e desenvolvimento constitui um desafio em aberto, de modo que há muito a ser investigado, conhecido, problematizado. Ainda hoje, ilustrativamente, não é raro encontrar em circulação o argumento segundo o qual a “questão social” no Brasil teria emergido apenas no início do século XX, no bojo da expansão urbano-industrial pós-1930. Ao contrário, o avanço da pesquisa historiográfica no debate brasileiro já nos permite constatar sua presença — da “questão social” — já na segunda metade do século XIX, quando o eixo produtivo era agroexportador, mas a industrialização ensaiava seus primeiros passos em meio a tensões que envolviam, articuladamente, escravizados e livres reativos às desigualdades produzidas pelo capitalismo dependente brasileiro em gestação e expansão (Badaró, 2008; Mara; Bezerra, 2021; Castelo; Rocamora, 2024).

Esses elementos, ainda pouco explorados, indicam a necessidade de uma investigação mais densa e crítica acerca da gênese da “questão social” no Brasil. A interlocução com os intérpretes do país pode enriquecer essa tarefa, ajudando-nos a formular a pergunta essencial: *como interpretar a “questão social” a partir das particularidades históricas de nossa formação social?* Ademais, apreender a “questão social” em uma dada formação social, em toda a sua complexidade, exige ultrapassar a análise de suas formas imediatas de manifestação — as chamadas “expressões da questão social” — e situá-la nos fundamentos históricos que a instituem na realidade concreta. É nesse movimento de historicização que reside uma das tarefas mais cruciais do Serviço Social brasileiro nos dias de hoje.

Essa preocupação histórica com a formação social brasileira guarda uma dimensão político-pedagógica estratégica para o projeto profissional (Bezerra; Medeiros; Nogueira, 2019), na medida em que pensar a realidade do país constitui condição indispensável para historicizar a “questão social”, identificar as particularidades do desenvolvimento da profissão no Brasil e fornecer instrumentos críticos que possam contribuir com o trabalho profissional das/os assistentes sociais.

Não se trata de uma preocupação acessória, mas de um fundamento que sustenta a unidade entre formação e trabalho profissional. Isso demanda que a discussão não se restrinja a uma disciplina ou a um componente curricular isolado, mas que assuma caráter transversal, articulando os fundamentos do Serviço Social, a crítica da economia política, a análise das políticas sociais, as questões agrária, urbana, ambiental, étnico-racial e de gênero, entre outras.

Como nos lembra Ianni (1989), conhecer a história do país significa desvendar a história social de seu povo. Trata-se de munção crítica, fundamental para que o Serviço Social siga contribuindo, ao lado das classes trabalhadoras, no enfrentamento dos dilemas e contradições que atravessam a realidade nacional, propondo sua radical superação.

Entre Belém e Maceió, outubro de 2025.

Referências

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.
- BADARÓ, M. (2008). Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Bom Texto.
- BEZERRA, L., MEDEIROS, E., & NOGUEIRA, L. (org.) (2019). Formação social e serviço social: a realidade brasileira em debate. Outras Expressões.
- CASTELO, R., & ROCAMORA, G. (2024) Capitalismo dependente e escravidão nas origens da “questão social” no Brasil. Proceedings of the 18th ENPESS, ABEPSS, Fortaleza.
- IANNI, O. (1989). A questão social. Revista USP, 3:145–154. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i3p145-154>.
- MARA, E., & BEZERRA, L. (2021). A busca como medida: a “questão social” na formação social brasileira. Temporalis, 21(42):110–125. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p110-125>
- MARX, K., & ENGELS, F. (2007). A ideologia alemã. Supervisão editorial: Leandro Konder; tradução: Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano C. Martorano. Boitempo.
- MOTA, A. E. (2013). Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. Katálysis, 16(n. esp.):17–27.
- NETTO, J. P. (2011a). Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. Cortez.
- NETTO, J. P. (2011b). Introdução ao estudo do Método em Marx (1st ed.). Expressão Popular.
- PEREIRA, E. M., & FRANÇA, G. de S. (2021, jul./dez.). Oito notas sobre formação social brasileira e renovação crítica do Serviço Social. Temporalis, 21(42):143–157. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n41p143-157>

Notas:

- ¹ Importante sinalizar que a questão dos fundamentos históricos da formação brasileira está definida nos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes curriculares da ABEPSS: Núcleos de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Formação Socio-Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Sobre o núcleo que trata da particularidade da formação socio-histórica, apontam as Diretrizes da ABEPSS: “Este núcleo remete ao conhecimento

da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social etc.” (ABEPSS, 1996, p. 11).

² Sobre a relação entre pensamento social brasileiro e renovação crítica do Serviço Social, cf. Pereira e França (2021).

Lucas Bezerra

lucas.araujo@fsso.ufal.br

Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Av. Principal da UFAL – Faculdade de Serviço Social, Cidade Universitária

Maceió – Alagoas – Brasil

CEP: 57072-900

Joana Valente Santana

joanavalente@ufpa.br

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Titular da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará.

Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. Presidenta da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Biênio 2025/2026..

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Rua Augusto Corrêa, 01, Campus Universitário do Guamá

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – Guamá

Belém - Pará – Brasil

CEP: 66075-110

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições do/a(s) autor/a(s)

O autor e a autora são igualmente responsáveis por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

O autor e a autora consentem a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Disponibilidade de dados

Nenhum dado de pesquisa gerado ou utilizado.

Editores Responsáveis

Mailiz Garibotti Lusa – Editora-chefe

Ricardo Lara – Comissão Editorial